

ASSENTAMENTOS RURAIS E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

SÉRGIO RICARDO RIBEIRO LIMA*
ANDRÉA DA SILVA GOMES**

I. Introdução

A microrregião Ilhéus-Itabuna, conhecida por região cacauqueira, é formada por 41 municípios, com uma área de 19.542 km² e uma população, em 2007, de 1.081.803 habitantes (IBGE, 2010). A economia sul-baiana esteve sustentada, até a década de 80, predominantemente, na lavoura cacauqueira desenvolvendo-se em grandes propriedades e sob relação de produção capitalista, prevalecendo os regimes de assalariamento e moradia, até a década de 1960.¹

Na década de 1970, a atividade cacauqueira teve um avanço significativo na produção, resultante do uso intensivo de insumos químicos, da descoberta de mudas mais produtivas e resistentes às pragas (Ceplac, 1974; Rios, 1994), implicando a expansão da área plantada. Todavia, em meados da década de 1980, fatores adversos, tais como, queda dos preços da amêndoa de cacau no mercado internacional, concorrência de outros países produtores, fatores climáticos (estiagem prolongada), associados ao surgimento e à disseminação da vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciososa*), no final dos anos de 1980, levaram, na primeira metade da década de 1990, a uma inflexão da atividade cacauqueira (Ramalho & Targino, 2003; Trevizan, 1996; 1998). Na realidade, o aparecimento da vassoura-de-bruxa,

* Professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Catarina (Uesc), <sr Ricardo@uesc.br>.

** Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Catarina (Uesc), <asgomesbr@yahoo.com.br>.

¹ O Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo os direitos aos trabalhadores do campo, e a modernização no cultivo levou à substituição do assalariado e do morador pelos regimes de empreitada e diária, com a predominância do primeiro. Com a crise da cacauicultura, emergem “novas” relações de trabalho, convivendo simultaneamente e/ou superando uma em favor de outra, conforme as conveniências dos proprietários e as circunstâncias econômicas.

em 1989 foi o fato que desencadeou o colapso da lavoura cacauieira, alastrando-se por toda a região. O resultado mais visível da crise foi a desativação das fazendas de cacau e a conseqüente dispensa de grande contingente de trabalhadores.

A crise da atividade cacauieira ocasionou mudanças significativas na paisagem agrária — surgimento dos assentamentos rurais — e na dinâmica econômica regional, com o aparecimento de novas relações de trabalho, diversificação produtiva (agrícola, industrial e serviços). Refletiu-se, profundamente, na sociedade — até então sustentada na lavoura cacauieira —, no desemprego, na queda do nível de renda, no êxodo rural, no inchaço das principais cidades da região (Ilhéus e Itabuna) e nos conflitos sociais gerados pela emergência da organização e mobilização dos trabalhadores desempregados na luta pela reforma agrária, apoiados por movimentos sociais, partidos políticos, igreja e sindicatos. Para Trevizan (1996) e Costa (1996), a luta pela terra na região esteve associada à crise da atividade cacauieira.

O desfecho da crise favoreceu o surgimento e avanço de movimentos sociais ligados à terra, a exemplo do Movimento de Luta pela Terra (MLT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) período no qual emergem, na região, as ocupações de fazendas desativadas e, conseqüentemente, formação dos assentamentos rurais, que se estendeu por toda as décadas de 1990 e 2000. Na década de 1990, a paisagem foi marcada pela expansão dos acampamentos de reforma agrária, ao longo das rodovias que cruzam a região. Quanto à década de 2000, a formação dos assentamentos manteve-se paralelo à década de 1990, embora no que se refere a área desapropriada tenha caído. Um destaque é que as ocupações de terras pelo MST na região declinaram durante o período do governo do presidente Lula.²

Diante desse contexto, este estudo procura evidenciar a relação entre a crise da região cacauieira e o comportamento da estrutura fundiária. O estudo abrange o período entre a década de 1990, quando é deflagrada a crise, e a década de 2000, auge das ocupações.

² A importância dessa constatação reside no fato de a imagem dos movimentos de luta pela terra estar vinculada, de alguma forma, ao Partido dos Trabalhadores (PT), que apoiou a candidatura do presidente “Lula”. De acordo com o coordenador de um dos assentamentos de reforma agrária da região, não houve mudanças significativas nas questões relativas à terra e ao crédito para agricultura familiar, se comparado ao governo anterior do presidente FHC; o MST com Lula não se mobilizou, o que pode evidenciar uma relação paternalista com o governo. Daí, a frustração da reforma agrária partida de um governo no qual o movimento depositou toda esperança.

I. A modernização da economia cacauceira e seus impactos sobre a estrutura fundiária e as relações de trabalho

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) foi criada em 1957, período em que os aportes tecnológicos da revolução verde, mediante o Sistema Nacional de Crédito Rural, foram estendidos à agricultura exportadora. Nesse sentido, a criação da Ceplac coincide com a época da proposta de modernização da agricultura. Na realidade, a instituição foi criada para dar continuidade ao processo de acumulação de capital no setor, ao mesmo tempo que socorreu os (grandes) produtores de cacau endividados, público-alvo da instituição.

O plano de modernização da lavoura cacauceira abrangeu, especificamente, duas frentes: a aplicação intensiva de adubos químicos e a utilização de novas variedades de cacauzeiros, pondo em prática durante a década de 1960, cujos resultados apareceram durante a década de 1970 até a primeira metade da década de 1980. Na década de 1970, a produção da lavoura cacauceira no Brasil apresentou saltos significativos (Ceplac, 1975; Rios, 1994).

Houve intensa exploração do trabalhador cacauzeiro, processo que simbolizou a lei geral da acumulação capitalista, exposta por Marx (1983), pois, se, de um lado, a lavoura foi responsável pela riqueza da elite burguesa, por outro, manteve esses trabalhadores na miséria.

A citação que segue é bastante ilustrativa do comportamento da economia cacauceira:

A concentração fundiária é observada como uma constante no processo de apropriação do espaço agrário baiano. Percebe-se um crescimento gradativo da concentração fundiária na referida escala temporal, com destaque para a década de 70, no qual se verificou-se maior inserção do capital no campo brasileiro, direcionado por uma política agroexportadora que esfacelou a pequena propriedade sustentada pela agricultura familiar, impulsionando, conseqüentemente, a concentração de terras pelos grandes latifúndios (Incra, 2005, p. 27).

O destaque para a década de 1970 a que alude o texto acima é o período no qual se refletiu os resultados do pacote tecnológico (especificamente aplicação de insumos), por meios da política de modernização

posta em prática pela Ceplac. Assim, muitos desses fazendeiros chegaram à região com capital significativo para contratar trabalhadores, a fim de desmatar as florestas densas e iniciarem o plantio de cacau.

2. Crise e precarização das condições de trabalho

A crise da cacauicultura levou ao desemprego e à alteração nas relações de trabalho. A dispensa da fazenda expôs os trabalhadores e suas famílias a uma situação desesperadora, pois a decadência da atividade anulou qualquer perspectiva de trabalho e a urgente necessidade de, no mínimo, se alimentarem. As “novas” relações de trabalho mantiveram a mesma situação de exploração e precarização do trabalho.

Depoimentos de estudiosos e dos próprios trabalhadores sobre a situação da força de trabalho na lavoura cacauieira são ilustrativos da situação de exploração vivenciada. Deméter (1997, p. 8) aponta, em seu estudo, os primeiros sinais da crise sobre a classe trabalhadora:

Inicia-se, portanto, a partir de meados da década de 80, o que vem sendo denominado de “crise do cacau”, a qual persiste até hoje e tem nos trabalhadores rurais assalariados sua principal vítima, uma vez que o desemprego e a migração para as favelas urbanas passaram a fazer parte do dia a dia dessas pessoas.

Os produtores de cacau que continuaram na atividade tiveram de mesclar diferentes modalidades de regimes de trabalho, utilizando basicamente três: o arismo, a parceria e o contrato.

O *arismo* é um regime de trabalho no qual um trabalhador (e sua família) — de confiança do fazendeiro — fica responsável por todos os trabalhos e serviços em uma determinada área de cacau; geralmente, de cinco a oito hectares.

Historicamente conhecida, a *parceria* é uma relação de trabalho na qual, no caso da região cacauieira, o trabalhador produz na terra do proprietário, utilizando seus instrumentos de trabalho, dividindo, *em tese*, meio a meio o resultado da produção com o proprietário. Desenvolveu-se, paralelamente, com o *arismo*. A utilização da parceria, após a crise, foi, justamente, outro artifício usado pelo proprietário para livrar-se das obrigações trabalhistas, cabendo ao parceiro, apenas, a suposta participação

no resultado da produção conforme, caso a caso, a forma como fosse acordada a parceria.

O *contrato*, também utilizado na região cacaueteira, após a crise, coexistindo com o arismo e com a parceria, é um regime de trabalho acordado entre proprietário e trabalhador para um período de, geralmente, três anos, em que o trabalhador assume a responsabilidade por uma determinada área para cultivo, em cuja vigência pode estar sujeito aos mais variados serviços da fazenda. Atualmente, predomina o *contrato*, ou o que comumente se chama de *contratista*.

Para Trevizan (1996, p. 10), o “contrato” ou o “trabalhador por contrato”³ é uma relação de trabalho que “se destina a atender uma necessidade específica, sazonal, mas que, enquanto o contrato vigorar, o trabalhador estará sujeito a qualquer atividade que ocorra na fazenda”. Nesse sentido, enfatiza ainda o autor, essa relação de trabalho

veio contribuir para apressar o processo de desestabilização da força de trabalho ao nível regional, juntando-se ao engodo da “modernização da economia” em nível nacional, e tirando do trabalhador os benefícios das conquistas sociais que lhe proporcionava o trabalho estável (pp. 10-1).

2.1. A inflexão do processo: auge e decadência

O auge do processo de acumulação de capital estendeu-se até a segunda metade dos anos de 1980, como resultado dos investimentos realizados anteriormente. Simultaneamente, alguns acontecimentos sequenciados, paulatinamente, desencadearam uma série de episódios em cadeia. Primeiro, uma estiagem prolongada, no início dos anos 1980, trouxe danos à produção. Posteriormente, por volta de meados da mesma década, produtores da Costa do Marfim acirram a concorrência com o Brasil, com custos mais baixos e maior produtividade. Os preços em queda vão estar mais favoráveis aos marfinenses, comprometendo, por outro lado, a lucratividade dos produtores baianos. Aliás, estudiosos da Ceplac mostraram que a relativa baixa da produtividade da lavoura esteve associada a dois fatores

³ O trabalhador por contrato é aquele regime de trabalho intermediário entre a morada e a empreitada. Ou seja, acorda-se um contrato entre proprietário e trabalhador, sem vínculos nem direitos trabalhistas, em cuja vigência o trabalhador está sujeito aos mais variados serviços da fazenda.

complementares, fundamentalmente: envelhecimento dos pés de cacau⁴ e o uso intensivo de agrotóxicos.

Para completar o quadro de reveses, a vassoura-de-bruxa ataca a lavoura de cacau, no final da década de 1980, estendendo-se por toda a primeira metade da década de 1990. A sociedade cacaueira entrou numa situação de frustração e desalento, nunca vista antes. A queda abrupta na produção foi acompanhada do baixo volume das exportações e do valor exportado, o que acentuou o endividamento dos produtores (Ramalho & Targino, 2003).

Um dos aspectos ilustrativos do reflexo da crise sobre a sociedade é sentido, por um lado, pelo movimento de migração rural-urbana no período considerado; e por outro, pelas organizações dos movimentos de luta pela terra na região. Esses dois processos se complementam.

Com relação à migração rural-urbana, observa-se queda da população rural em todos os municípios (com exceção de Ilhéus), o que reflete a dimensão da crise. A crise da cacauicultura associada ao avanço do turismo em Porto Seguro e Ilhéus foi uma possível explicação da forte migração para esses dois municípios. No município de Itabuna, o crescimento urbano foi, proporcionalmente, maior que a queda da população rural em virtude de ter absorvido população dos municípios vizinhos, dada sua importância nos setores de comércio e de serviços, e, também, em função de sua área rural ser, relativamente, exígua em face da área urbana, o que já prevalecia uma concentração urbana.

Tabela 1. Variação da população rural e urbana nos municípios mais atingidos pela vassoura-de-bruxa

Municípios	1980			2000			% 1980/2000		Evasão/Aumento 1980/2000	
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Arataca	11.552	4.237	15.789	5.740	5.451	11.191	-49,7	+28,6	-5.812	+1.214
Aureliano Leal	8.030	8.582	16.612	3.200	13.778	16.978	-39,8	+60,5	-4.830	+5.196
Buerarema	15.087	10.546	25.633	2.880	16.249	19.129	-424,0	+54,0	-12.207	+5.703
Camacã	25.968	15.252	41.220	6.760	24.282	31.042	-384,0	+59,2	-19.208	+9.030
Canavieira	27.781	15.160	42.941	8.974	26.161	35.135	-309,6	+72,5	-18.807	+11.001
Coaraci	11.142	16.633	27.775	4.582	23.804	28.386	-243,1	+43,1	-6.560	+7.171
Ilhéus	51.247	82.112	133.359	59.985	161.898	221.883	+17,0	+97,1	+8.738	+79.786
Ipiáú	11.919	27.887	39.806	5.693	37.899	43.592	-209,3	+35,9	-6.226	+10.012

segue

⁴ Aponta-se como um dos mais significativos fatores de propagação da vassoura-de-bruxa a grande quantidade de pés de cacau com mais de oitenta anos de idade, que, a partir da forte utilização de insumos químicos, ficaram suscetíveis ao fungo.

Municípios	1980			2000			% 1980/2000		Evasão/Aumento 1980/2000	
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Itabuna	15.984	140.089	156.073	5.568	190.888	196.456	-287,0	+36,2	-10.416	+50.799
Itajuípe	12.375	13.024	25.399	6.397	16.113	22.510	-93,4	+23,7	-5.978	+3.089
Mascote	18.104	1.284	19.388	4.243	11.929	16.182	-326,7	+829,0	-13.861	+10.645
Porto Seguro	40.995	5.834	46.829	16.108	79.557	95.665	-154,5	+1.263,7	-24.887	+73.723
Ubaitaba	6.707	9.555	16.262	5.281	18.550	23.831	-21,3	+94,1	-1.426	+8.995
Uruçuca	12.487	10.002	22.489	6.133	14.137	20.300	-103,6	+41,3	-6.354	+10.298

Fonte: Rocha, 2006; elaboração e adaptação do autor, 2011.

Em termos percentuais, a migração rural foi, excessivamente, alta para nove municípios, entre 100 e 500%, destacando-se quatro municípios com percentuais acima de 300%. Mas o destaque maior foram os índices de concentração urbana, resultante do êxodo rural, tendo destaque significativo em Porto Seguro, quando a população urbana passa de, aproximadamente, 6.000 para 79.500 pessoas, no período considerado. Segue o município de Mascote, com acréscimo acima de 800%; Ilhéus e Ubaitaba quase dobram sua população. Ilhéus foi o único município que apresentou crescimento na população rural. Isso, talvez, se explique em decorrência de sua extensa área rural, com grande concentração de fazendas de cacau desativadas e onde foram significativo os movimentos de ocupação de terras.

Com relação a esses municípios, receptores de mão de obra, decorrentes da crise cacauceira, observa-se concomitante crescimento abrupto da violência, da insegurança e do fluxo de drogas, resultante do aumento do desemprego e da pobreza, que, por sua vez, refletiram a incapacidade desses municípios de absorver um contingente significativo populacional de desempregados, dada a infraestrutura existente.

A falta de perspectiva de trabalho para esse grande contingente de trabalhadores que acorreram para os centros urbanos — visto que são trabalhadores que passaram parte significativa de suas vidas trabalhando no campo — será responsável pela iniciativa de organização e mobilização políticas ao lado dos movimentos sociais ligados à terra que resultaram na formação de acampamentos e ocupações de fazendas desativadas.

3. A emergência dos movimentos sociais de luta pela terra na região cacauceira

A vassoura-de-bruxa espalhou-se por toda a lavoura cacauceira. Surpreendida diante do imediato surgimento e proliferação do fungo, a Ceplac

nada pôde fazer e os fazendeiros abandonaram os cacauais, desempregando contingente expressivo de trabalhadores. Costa (1996) sintetiza o contexto econômico e social da região nos seguintes termos:

O agravamento dos conflitos sociais no campo, ocorridos na região a partir da década de 80, como reflexo imediato da crise do cacau, tornou-se assunto constante nos meios de comunicação local. Esta questão passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, e trouxe para o conjunto da sociedade novos problemas: favelização, aumento do desemprego, crescimento da violência urbana e rural (p. 6).

O processo acima descrito que resultou na favelização, e a violência alastrou-se para vários municípios cacauzeiros, atingindo, fundamentalmente, Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro, embora este último não faça parte da região cacauzeira. Até então, não se tem um levantamento preciso do número de pessoas desempregadas, mas aponta Pimenta (2000) algo em torno de 200.000 trabalhadores.

O aparecimento dos movimentos sociais ligados à terra na região e conseqüente formação dos acampamentos e assentamentos rurais foi decorrente da infestação da vassoura-de-bruxa. Trevizan (1998), ao estudar a relação entre a crise cacauzeira e o movimento de luta pela terra, aponta que

Na década de 90, aparentemente, há uma expansão inusitada do movimento social dos trabalhadores sem-terra no sul da Bahia, particularmente na tradicional região do cacau, coincidindo com a expansão da doença da vassoura-de-bruxa, que dizimou os cacauais, base da economia regional (p. 82).

Parte significativa dos trabalhadores cacauzeiros desempregados e sem perspectivas de trabalho passou a se mobilizar pela reforma agrária nas fazendas desativadas formando o Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, o qual passou a constituir um bloco de forças ao lado do MST e de outros movimentos, que, mediante o trabalho de base, iniciou o processo de ocupação das fazendas de cacau desativadas. Esse bloco foi formado pelo Movimento dos Desempregados, do qual resultou, na formação do Movimento de Luta pela Terra (MLT) a militância do PC do B na região,

a chegada de militantes do MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Ilhéus e Itabuna (Costa, 1996).

Os trabalhadores cacauceiros em movimento não lutavam mais por melhores condições de trabalho, mas por terra para morar e trabalhar, conforme expõe a autora:

Ao definirem a ocupação como nova bandeira de luta, mudou a identidade social e política do grupo, que passou a ser visto como “sem-terra”, o que provocou uma mudança na condução do Movimento. Não lutavam mais por melhores condições de trabalho, mas por terra para morar e trabalhar. A luta pela terra passou a significar a possibilidade de retomarem a sua condição de trabalhadores rurais, numa nova perspectiva, não mais como assalariados e sim como pequenos proprietários, concretizando o antigo sonho: ter um “pedaço de terra” (Costa, 1996, p. 79).

À proporção que avançava a vassoura-de-bruxa e aumentava o número de fazendas de cacau desativadas, em caráter de “abandono”, crescia a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra na região, por toda a década de 90 e início da década de 2000. Ao mesmo tempo, os coronéis do cacau entravam em estado de desolação e desespero, pois dois fatores corriam em paralelo: o mesmo processo que aos olhos dos coronéis fez ver a riqueza escorrer de suas mãos, levou, por outro lado, ao seu endividamento.

O MLT fundou o primeiro assentamento, em 1996, com a ocupação da fazenda de cacau Bela Vista, no município de Ilhéus. O MST, por sua vez, ocupou, no ano de 1992, a Fazenda Bela Vista no município de Arataca, desativada, criando o Assentamento *Terra Vista*, abrindo assim a atuação do MST na região. À medida que a crise se amplia, novas fazendas vão sendo desativadas; nesse movimento, o MST avança suas ações do Extremo Sul para a região cacauceira. Na década de 1990, o MST passou a mobilizar e conscientizar os trabalhadores cacauceiros desempregados nas periferias dos municípios cacauicultores e nas comunidades rurais para a luta pela terra através do trabalho de base,⁵ fazendo, a partir daí, uma

⁵ O trabalho de base é “um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social”, cuja finalidade é “a construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas” (Fernandes, 2000, p. 283).

série de ocupações de terras, formando assentamentos e mudando a paisagem da região, que, até então, era território exclusivo das fazendas de cacau.

A consolidação dos movimentos sociais na região fortaleceu a luta pela terra. A crise e o estarem dos proprietários-ausentes, imunes ante tal situação, fortaleceram, ainda mais, a ação dos movimentos sociais. A expansão dos acampamentos e assentamentos, exposto no item a seguir, foi a resultante desses ventos favoráveis aos trabalhadores.

4.A expansão dos assentamentos rurais e o comportamento da estrutura fundiária

A formação e expansão dos assentamentos rurais na região começaram a partir da segunda metade da década de 1980, mesmo antes da infestação da vassoura-de-bruxa, pois essa época a economia cacauceira já sinalizava aspectos adversos em decorrência da estiagem, da queda da produtividade e da concorrência de produtores africanos e asiáticos. No período entre 1980 e 2000, o surgimento de assentamentos rurais foi significativo. O abandono das fazendas acompanhou a expansão do fungo e o consequente movimento de ocupações de terras pelos trabalhadores.

Trevizan (1996) ressalta que o movimento social pode se constituir num mecanismo de redistribuição fundiária na região, tendo como pressupostos a crise do cacau e a vassoura-de-bruxa. Concentração da posse da terra e da renda, a luta pela sobrevivência, desemprego e subemprego e a busca de um futuro digno para a família foram fatores que acionaram o movimento de luta pela terra que desencadeou na formação de vários assentamentos rurais na região, conforme exposto na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2. Número, área e famílias efetivamente assentadas nas décadas de 1980, 1990 e 2000, no Sul da Bahia (região cacauceira)

Período	Número de assentamentos	Área (ha)	Famílias assentadas
Década de 1980	7	9.748,52	359
Década de 1990	35	25.043,08	1.498
Década de 2000	35	15.623,93	1.217
Total	77	48.992,81	3.074

Fonte: Incra, 2008-2011; elaboração e adaptação do autor, 2011.

Segundo dados do Incra (2011), conforme apresentado na Tabela 1, surgiram, na década de 80, particularmente, na segunda metade, sete assentamentos rurais com área de 9.748 hectares na região cacauceira. Esses

assentamentos estavam ligados a várias organizações e movimentos sociais, assim como formados por lutas dos trabalhadores, sem vínculos com movimentos, alguns já existentes na região, outras que foram surgindo com as mudanças em andamento. São, ao todo, sete entidades, sendo quatro movimentos sociais (MST, MLT, CUT e PUC), uma ONG (Jupará), duas organizações sindicais (Fetag e STR). Do total de assentamentos criados desde a década de 1980, 37 estavam vinculados ao MST, doze são independentes, onze ligados ao MLT, seis à CUT, quatro à Fetag, três à PUC, dois ao STR, dois ao Jupará e quatro sem declaração (Inkra, 2011). Observa-se uma predominância do MST na região, que foi o movimento que iniciou as lutas por terra, mesmo antes do auge da crise.

Nos anos 1990, auge da crise do cacau, período no qual a vassoura-de-bruxa se expandiu por toda a região do cacau, houve o surgimento de 35 assentamentos rurais ocupando uma área de 25.000 hectares, assentando acima de 1.500 famílias.⁸ Os assentamentos criados nessa década eram formados, majoritariamente, pelos trabalhadores cacauceiros desempregados e subempregados. O MST, que, até início dos anos 90, atuava, timidamente, no extremo sul do estado, amplia suas bases e se fortalece como movimento social na região, com a crise do cacau.

Na década de 2000, foram criados, também, 35 assentamentos, ocupando uma área de 15.600 hectares. Duas considerações devem ser feitas com relação à década de 2000: embora o número de assentamentos criados nessa década tenha sido igual à década de 1990, a área dos assentamentos criados nesse período foi, significativamente, inferior. Dos assentamentos criados em áreas de grandes propriedades — conforme o módulo fiscal da região (Tabela 3) —, 24 surgiram na década de 1990 e 23 na década de 2000; porém, a área das fazendas desapropriadas, na década de 1990, era, significativamente, maior.

Tabela 3. Módulo fiscal na região cacauceira e a distribuição da área entre pequenas, médias e grandes propriedades

	Pequenas propriedades	Médias propriedades	Grandes propriedades
1 < 4 M. F.	20 ha < 80 ha		
4 > 15 M. F.		80 ha < 300 ha	
15 > M. F.			300 ha >

Fonte: Inkra, 1990; 1994; elaboração do autor, 2011. M. F. > módulo fiscal.

⁶ Na realidade, o número exato de famílias assentadas é incerto, pois há movimento constante de entrada e saída de assentados nos projetos por várias razões.

A Tabela 4 apresenta os dados para o comportamento da estrutura fundiária nos municípios mais representativos na produção de cacau. Nos estratos até 10 ha, de 10 ha a 20 ha e de 20 ha até 80 ha apresentam grande concentração de estabelecimentos para áreas, relativamente, pequenas, de maneira que chama a atenção o estrato até 10 ha, que conhecida na região por *burara*, onde a média área/estabelecimento é de 5,6; ao passo que, nas propriedades entre 80 ha e 300 ha — entre quatro e quinze módulos fiscais — (médias propriedades) e nas propriedades acima de 300 ha — acima de quinze módulos fiscais — (grandes propriedades), a razão área/estabelecimento é, respectivamente, 142 e 617. Evidencia-se a insistente concentração fundiária nos principais municípios produtores de cacau. Da área total dos municípios, passível de exploração agrícola, o estrato de $0 < 10$ ha corresponde a 1,9% da área total e a 21,6% do número de estabelecimentos. Para as pequenas propriedades — aquelas compreendidas entre 20 ha e 80 ha —, sua participação na área é de 28,6%, ao passo que nos estabelecimentos é de 42,6%; as médias propriedades — compreendidas entre 80 ha < 300 ha — comportam 36,8% da área e 16,6% do total de estabelecimentos; as grandes propriedades — acima de 300 ha ou acima de quinze módulos fiscais — têm participação no número de estabelecimentos de 3%, enquanto controlam uma área de 28,7%. Embora em termos percentuais a área sob domínio das pequenas e grandes propriedades seja igual, mas ao passo que a razão hectare/estabelecimento nas pequenas é 43, nas grandes a razão é de 617, o que reforça, ainda mais, a perpetuação da concentração de terras na região cacauceira, apesar da crise.

Os municípios que apresentam maior concentração de terras por estabelecimentos são Una, em primeiro lugar, com área média de 831 ha, acompanhado de Itabuna, com 745 ha; em seguida tem-se Ibirataia, Itajuípe e Camacã, com 686, 667 e 648 hectares, respectivamente. Há, ainda, o agravante de que, em algumas situações, um proprietário é detentor de mais de um estabelecimento. Quanto aos estabelecimentos com áreas acima de 1.000 ha, destacam-se os municípios de Itabuna, com nove, e Una com oito, quando os demais municípios não ultrapassam três estabelecimentos.

Tabela 4. Comportamento da estrutura fundiária nos principais municípios produtores de cacau conforme o módulo fiscal, 2008.

Municípios	Extratos de área									
	0 < 10		10 < 20		20 < 80		80 < 300		300 >	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Arataca	78	471,42	76	1.207,7	239	10.602,57	105	14.775,53	24	11.471,98
Belmonte	1	7,00	5	83,00	10	434,00	8	1.247,00	4	2.592,00
Camacã	102	709,56	135	2.201,26	564	25.940,58	229	34.052,39	40	22.611,92
Ibirapitanga	286	2.006,66	158	2.491,18	350	15.551,75	133	18.412,68	18	7.781,36
Ibirataia	82	586,40	117	1.952,00	254	11.116,09	105	14.522,63	5	3.429,60
Ilhéus	449	2.226,41	249	3.672,53	480	19.348,75	194	27.106,83	36	19.972,45
Itabuna	318	1.288,87	146	2.279,70	366	16.096,42	178	26.763,42	47	35.016,53
Itajuípe	119	782,46	138	2.130,64	442	18.036,05	132	17.093,28	9	6.002,05
Mascote	11	77,63	19	299,50	80	3.791,17	28	4.484,74	5	2.163,00
Santa Luzia	65	352,78	83	1.366,85	169	7.095,27	54	8.124,51	8	4.488,60
Una	152	690,90	95	1.544,00	222	8.221,72	70	9.792,87	29	24.100,72
Uruçuca	134	859,32	123	1.885,05	366	16.114,94	142	19.804,24	22	12.963,17
Total	1.797	10.059,41	1.344	21.113,41	3.542	152.349,31	1.378	196.180,12	247	152.593,38

Fonte: Ceplac, 2008; adaptação do autor, 2011.

A Tabela 5 assinala a maior presença de área desapropriadas nas grandes propriedades, representando a quase totalidade dos assentamentos rurais. Tem-se que 94,7% dos assentamentos criados na região foram em grandes propriedades, ao passo que apenas 5,3% se deram em médias propriedades. Embora seja um dado positivo em termos absolutos como indicador do impacto na concentração fundiária, em termos relativos, veremos (Tabela 7) que os valores não afetaram a rígida estrutura fundiária concentradora.

Tabela 5. Área dos assentamentos da região sul da Bahia conforme sua distribuição por módulo fiscal, 1980/2010

Grupos de área	Área total (ha)	%
80 < 300	2.583,24	5,3
> 300	46.409,57	94,7
Total	48.992,81	

Fonte: Relatórios do Inbra, 2008-2011; elaboração do autor, 2011.

Na Tabela 6, apresenta-se o tamanho da área desapropriada nos principais municípios produtores de cacau. Observa-se que o maior número de desapropriações ocorreu nas grandes propriedades, as quais concentram 35 projetos de assentamento, com área total desapropriada de 23.197 ha,

o que dá uma média de 663 ha/projeto. Desses municípios, a maior concentração de PA's (projetos de assentamento) encontra-se em Ilhéus, com catorze projetos. Observa-se que os processos de desapropriação pouco atingiram as médias propriedades — apenas 1.620 ha para uma área total desapropriada de 24.817,52 ha. O comportamento das desapropriações nos principais municípios cacauicultores alinha-se ao comportamento das desapropriações para a região cacauzeira. Esses dados assinalam um processo muito tímido de reforma agrária, reforçando a permanência da concentração de terras na região, apesar das desapropriações.

Tabela 6. Número e área dos projetos de assentamentos dos principais municípios produtores de cacau, 2008

Municípios	80 < 300		300 >		Total da área
	P.A.	Área	P.A.	Área	
Arataca			2	1.282,96	1.282,96
Belmonte					
Camacã			3	1.136,29	1.136,29
Ibirapitanga			2	1.619,39	1.619,39
Ibirataia	1	157,84			157,84
Ilhéus	4	918,62	10	5.586,00	6.504,62
Itabuna			2	758,34	758,34
Itajuípe			3	1.475,32	1.475,32
Mascote			1	542,30	542,30
Santa Luzia	1	258,34	4	3.641,39	3.899,73
Una	1	285,87	5	5.102,57	5.388,44
Uruçuca			3	2.052,29	2.052,29
Total	7	1.620,67	35	23.196,85	24.817,52

Fonte: Ceplac, 2008; elaboração do autor, 2011.

Na Tabela 7, ao comparar-se a área das grandes propriedades e a área dos projetos de assentamento em relação à área total, vê-se, claramente, que a área dos projetos foram insignificantes, quando representam, em geral, 4,7% da área total cultivável dos municípios selecionados, ao passo que as áreas das grandes propriedades concentram 65,3%. A maior participação da área dos projetos em relação à área total está nos municípios de Santa Luzia (18,2%), Una (12,1%) e Ilhéus (9%); porém, em números absolutos, destacam-se primeiro Ilhéus (6.504 ha), seguido de Una, com 5.388 ha. Mas, por outro lado, nesses mesmos municípios, a área controlada pelas grandes propriedades é de 76,4% (33.895 ha) para Una e 65,1% (47.079 ha) para Ilhéus. O município que apresenta, ao mesmo tempo, menor percentual de desapropriação e maior concentração de grandes pro-

priedades é Itabuna, com 0,9% da área desapropriada e 75,8% da área concentrada. As Tabelas 7 e 8 reforçam a ideia de que, embora as maiores desapropriações tenham se dado nas grandes propriedades, a área de reforma agrária em relação à área de grandes propriedades é bastante insignificante, o que reforça a persistência de latifúndios na região cacauceira.

Tabela 7. Área do município, valores absolutos e percentuais da área das grandes propriedades e da área dos assentamentos rurais

Municípios	Área total	Área das grandes propriedades	%	Área dos projetos de assentamento	%
Arataca	38.529,20	26.247,51	68,0	1.282,96	3,3
Camacã	85.515,71	56.664,31	66,3	1.136,29	1,3
Ibirapitanga	46.243,63	26.194,04	56,6	1.619,39	3,5
Ibirataia	31.606,72	17.952,23	56,8	157,84	0,5
Ilhéus	72.326,97	47.079,28	65,1	6.504,62	9,0
Itabuna	81.444,94	61.779,95	75,8	758,34	0,9
Itajuípe	44.044,48	23.095,33	52,4	1.475,32	3,3
Mascote	10.816,04	6.647,74	61,5	542,30	5,0
Santa Luzia	21.428,01	12.613,11	58,9	3.899,73	18,2
Uma	44.350,21	33.893,59	76,4	5.388,44	12,1
Uruçuca	51.626,72	32.767,41	63,5	2.052,29	4,0
Total	527.932,63	344.934,50	65,3	24.817,52	4,7

Fonte: Ceplac, 2008; elaboração do autor, 2011.

Embora não se disponha do Índice de Gini do Censo Agropecuário de 1995-1996 e mais atualizado para a microrregião Ilhéus-Itabuna (região cacauceira), os dados apresentados nas tabelas anteriores sinalizam para a manutenção desse índice no período posterior à eclosão da crise do cacau, acompanhando de perto o comportamento do Índice de Gini para o estado da Bahia.

Tabela 8. Índice de Gini do comportamento da estrutura fundiária na região cacauceira e no estado da Bahia

Ano	Região cacauceira	Estado da Bahia
1960	0,685	0,786
1970	0,672	0,802
1975	0,655	0,812
1980	0,701	0,826
1985	0,705	0,841
1995	—	0,834
2006	—	0,840

Fonte: Mendes & Silva, 1998; IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Considerações finais

A observação dos dados aponta alguns cenários. Da segunda metade dos anos 90 em diante, tem-se o crescente abandono de fazendas e desvalorização das terras. Para esse mesmo período, tem-se o avanço dos assentamentos na região.

As conclusões do estudo remetem à análise em dois aspectos. Primeiro, o impacto na estrutura fundiária e, segundo, o impacto sobre o assentamento de famílias e sobre suas condições de vida.

Considerando-se uma região que, até a década de 1980, era formada por latifúndios, a emergência dos assentamentos representou um movimento novo que, de certa forma, mudou a paisagem. Surgiram, da segunda metade da década de 1980 até 2010, 77 assentamentos de reforma agrária na região cacauceira, ocupando uma área de 49.000 hectares. Sendo a área rural total da região de 1.694.495 hectares (IBGE, 2006), o impacto da área desapropriada para fins de reforma agrária é insignificante.

Analisando do ponto de vista dos principais municípios produtores de cacau e que concentravam grandes propriedades, tem-se que as pequenas propriedades apresentam uma razão ha/est de 64,3, as médias propriedades de 142,36 e as grandes uma razão de 617,78. Isso demonstra que a estrutura fundiária permaneceu concentrada, apesar da crise.

Para os mesmos municípios, a área desapropriada sobre as médias propriedades foi de 1.620 ha, enquanto das grandes foi de 23.200 ha. Quando se compara a área dos projetos de assentamento com a área das grandes propriedades desses municípios, tem-se, claramente, a permanência da concentração fundiária, quando os P.A's representam, apenas, 4,7% da área total explorável, ao passo que a área sob controle das grandes propriedades representam 65%.

Por outro lado, considerando o êxodo rural nos principais municípios cacauicultores após a crise, num total de 169.000 pessoas (a partir dos cálculos na Tabela 1), e considerando o assentamento de 3.074 famílias na região, e, ainda, supondo que cada família integre um grupo de quatro membros, tem-se um total de, aproximadamente, 12.300 pessoas assentadas. A relação entre pessoas assentadas e êxodo rural, sabendo-se que a maioria dessas pessoas que deixaram o campo eram trabalhadores do cacau, representa, apenas, 7,3% o número de pessoas assentadas, cujos

trabalhadores perderam seus empregos. Mesmo considerando a saída desses trabalhadores para as cidades metropolitanas do Sudeste do país, ainda assim a incorporação desses trabalhadores nos assentamentos foi baixa.

Por fim, levando-se em conta as condições precárias de trabalho e de vida a que sempre estiveram submetidos esses trabalhadores, as famílias assentadas tiveram melhoras no seu trabalho, tornando-se autônomas e responsáveis pelas atividades desenvolvidas, como também suas condições de vida — comparativamente à condição anterior — melhoraram, significativamente, passando a ter uma renda média superior ao salário mínimo e melhores condições de moradia, saúde, educação e descanso.

Concluindo, observou-se que a profunda crise que acometeu a região e a evolução dos assentamentos de reforma agrária não mudou o perfil da estrutura fundiária, permanecendo concentrada. O que se observa para a região cacauqueira repete-se para o estado da Bahia e para o Brasil, conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006, que foram publicados em 2009. Apressadamente, a revista *Carta Capital*, de 3 de agosto de 2011, questionou a necessidade de ainda se fazer uma reforma agrária, dada a permanência da concentração fundiária no campo, apesar das políticas agrárias até então implementadas. Então, pergunta-se: ainda faz sentido fazer reforma agrária no Brasil?

Primeiro, a revista espelhou-se, apenas, em um dado que, a nosso ver, é bastante frágil, pois, contrariamente à revista, o próprio dado possa servir como crítica às políticas de reforma agrária até então implementadas e que não surtiram efeitos — o que se deveria argumentar muito tardiamente a necessidade de execução de uma reforma agrária séria, dentro de um programa de desenvolvimento para o país.

Segundo, a revista fala no *sentido econômico* da reforma agrária (grifo nosso). Entende-se que uma reforma agrária não se esgota numa finalidade econômica, mas, em última instância, social. Mesmo considerando o sentido econômico da reforma agrária, o agronegócio não deu conta — nem dará — da produção de alimentos para o povo brasileiro e muito pouco contribui para a geração de emprego no campo relativamente à agricultura familiar (Censo Agropecuário, 2006), em face dos empregos gerados pela agricultura familiar. O agronegócio visa, antes de tudo, ao valor de troca e não ao valor de uso, ou seja, a valorização do capital, produção esta voltada para o mercado externo, cuja renda, riqueza e terras são, cada vez mais, concentradas.

Terceiro, o número de famílias que foram expulsas do campo para os grandes centros nestas últimas três décadas foi alto, permanecendo parcela significativa de trabalhadores rurais à espera da reforma agrária, vivendo nos acampamentos de *sem-terra* espalhados por todo o país. E, na região cacaueteira, não foi diferente; aliás, o quadro é mais intenso, visto que a crise da cacauicultura dispensou milhares de trabalhadores sem perspectivas de vida. Paralelo ao exposto, vivencia-se, na região, parcela significativa de famílias no campo — ou que se deslocaram para as cidades próximas — vivendo em condições miseráveis.

Referências

- CEPLAC. *Diagnóstico socioeconômico da região cacaueteira*. Vol. 8. Ilhéus, 1975.
- CEPLAC. *Relatórios*, 2008.
- COSTA, G. S. *MLT: O Movimento de Luta pela Terra — um movimento em movimento*. Mestrado. Campina Grande: UFCG, 1996.
- DEMÉTER, P. *Combatendo o desemprego na região cacaueteira da Bahia: o papel dos movimentos sociais populares*. Itabuna: Cadernos de Pesquisa, 1997.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. 1996 (<www.ibge.gov.br>).
- . *Censo Demográfico*. 2010. (<www.ibge.gov.br>).
- INCRA. *Estudo propositivo para dinamização econômica do território rural do litoral sul* (texto digital em arquivo PDF). Ilhéus, 2005.
- . *Demonstrativo dos projetos de assentamento da região sul da Bahia*. Ilhéus, 2008.
- . *Demonstrativo dos projetos de assentamento da região sul da Bahia*. Ilhéus, 2011.
- . *Instrução Especial*. 1990.
- . *Instrução Especial*. 1994.
- MARX, K. *O Capital*. Coleção Os Economistas. Livro 1, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MENDES, L. G. & SILVA, D. N. A estrutura fundiária do estado da Bahia: considerações a partir do Índice de Gini. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, vol. 1, pp. 18-21, 1998.

- NASCIMENTO, F. R. (coord.) *A crise da lavoura cacauzeira: sua natureza e soluções*. Brasília: Ipea, 1994.
- PIMENTA, A. C. M. *A crise na região cacauzeira da Bahia*. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 2000.
- RAMALHO & TARGINO. *A crise na região cacauzeira da Bahia*. Ceplac, 2003.
- REVISTA CARTA CAPITAL. *Reforma agrária, descanse em paz*. ed. 657, agosto/2011.
- ROCHA, L. B. *A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica*. Doutorado. Aracaju: UFS, 2006.
- TREVIZAN, S. D. P. *Mudança na estrutura agrária no Sul da Bahia*. XXXIV Congresso da Sober, Aracaju, 1996.
- . Uma relação sociedade-natureza: a crise do cacau e o movimento social pela terra no Sul da Bahia, nos anos 90. *Revista de Economia e Sociologia Rural/Sober*, vol. 36, jul.-set. 1998.

Resumo

A lavoura cacauzeira foi responsável pela dinâmica econômica e social da região Sul da Bahia, até final da década de 1980, quando foi afetada por uma grave crise, levando ao colapso a produção e o emprego. A história agrária regional revela a relação entre a expansão da lavoura e a estrutura agrária, marcada pela forte concentração fundiária. Assistiu-se a dois cenários em processo na região, na década de 1990: primeiro, o aparecimento de fazendas de cacau desativadas; segundo, a expansão de assentamentos rurais. O estudo analisa os reflexos da crise cacauzeira sobre o comportamento da estrutura fundiária no período compreendido entre a década de 1990 até o final da década de 2000. Observou-se que, embora os assentamentos tenham proporcionado o acesso à terra a milhares de trabalhadores cacauzeiros, os dados apontam para a permanência da concentração fundiária.

Palavras-chave: Cacaucultura. Crise. Assentamentos rurais. Estrutura fundiária.

Abstract

The cocoa farming was responsible for economic and social dynamics of the region South of Bahia, by the end of the 1980s, when it was affected by a serious crisis, leading to the collapse of production and employment. The regional agricultural history reveals the relationship between the expansion of agriculture and agrarian structure, characterized by high concentration land. There has been two case scenarios in the region, in the 1990s: first, the appearance of cocoa farms disabled and second, the expansion of rural settlements. The study analyzes the effects of the crisis on the behavior of cocoa land structure in the period between the 1990s to the late 2000s. It was observed that while the settlement have provided access to land for thousands of workers cacao, the data show for the permanence of land concentration.

Keywords: Cacao. Crisis. Rural settlements. Land structure.